

Editorial

É com renovada satisfação que apresentamos o segundo número do décimo segundo volume da *Revista Direito e Democracia*, gerida pelo Curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil (Canoas/RS). Aproveitamos o ensejo para saudar a entrada no Conselho Editorial Interno do professor Alejandro Montiel Alvarez.

Contamos neste número com a contribuição de José Renato Nalini acerca do papel da emoção na atividade do juiz. O tempo, os atos processuais e os efeitos temporais são analisados no artigo de Mariângela Guerreiro Milhoranza. O direito fundamental ao devido processo legal nas relações entre particulares é a temática abordada por Marianne da Silveira Bona. De nossa autoria vem uma discussão sobre os limites da bioética e o direito fundamental à identidade genética na Constituição brasileira de 1988. Um possível diálogo das fontes no direito tributário é estudado por Jonathan Doering Darcie. Já Gabriela Schneider revisita o princípio do juiz natural nas constituições brasileiras. Ainda na linha processual, a nomenclatura dos precedentes é analisada no artigo de Marco Félix Jobim. Interessante pesquisa de campo sobre o dever de esclarecer satisfatoriamente o contribuinte nos municípios da região leste do Rio Grande do Sul foi conduzida por Éderson Garin Porto, juntamente com seus/suas orientando(a)s Bárbara Leffa, Bruna Lietz, Bruno Eymael, Cristiane Inácio Réus, Eduardo Machado Schuster, Inajara Barbosa e Taciane Valim. O clássico *Normas constitucionais inconstitucionais?*, de Otto Bachof, é estudado por Antonio Carlos Pacheco Padilha. Uma hermenêutica do mercado é o que se propõe a fazer o artigo de Augusto Jobim do Amaral. Por fim, os clássicos métodos e princípios da interpretação constitucional são estudados por Marlo Thurmann Gonçalves.

Reiteramos nossa satisfação em receber trabalhos de quem tiver interesse em vê-los publicados nesta revista. Os artigos poderão ser remetidos para:

revistadireitoedemocracia@gmail.com

Maria Aparecida Cardoso da Silveira
Editora